

SESSÕES DO PLENÁRIO

91ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 22 de setembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabrício Falcão, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(58)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Luiz Augusto comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 05/08 e 08/09/2015.

Do Deputado Zé Raimundo comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 14/07 e 17/08/2015.

Do Deputado Rogério Andrade comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 04 e 18/05/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Submeto ao Plenário as atas das seguintes sessões: 83ª, 85ª, 86ª ordinárias, realizadas, respectivamente, em 01, 03, 08 de setembro de 2015; 9ª extraordinária, realizada em 01 de setembro de 2015; e 38ª, 44ª, 45ª especiais, realizadas, respectivamente, em 21 de agosto de 2015, 10 e 11 de setembro de 2015.

Em discussão. (Pausa.) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovadas por unanimidade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo a esta tribuna para tratar de um assunto extremamente doloroso para qualquer um de nós. Apresentamos nesta Casa uma Moção de Pesar pelo falecimento do Sr. Sarbélío Gonzaga da Silva. Esse cidadão, conterrâneo de Alagoinhas, se radicou em Olindina, município que tem uma representação aqui nesta Casa dos deputados Aderbal e Carlos Ubaldino, e veio a falecer ainda jovem, com 48 anos de idade. Era presidente do Partido dos Trabalhadores em um município muito pequeno, com todas as dificuldades para estabelecer na política local um plano de relação humanizado, sem abrir mão de tudo aquilo que ele sentia como algo necessário na política da nossa região e mais especificamente na política local.

Com Sarbélío dividi vários momentos nas campanhas eleitorais, nas discussões sobre desenvolvimento regional, deixou viúva a senhora Maria da Penha Dórea Silva, com quem teve três filhos: Felipe, Caio e Abraão. Foi candidato em 2012 a vereador obtendo uma suplência e encaminhou várias comissões provisórias, vários diretórios dos municípios que orbitavam nossa querida Olindina. Veio falecer de forma prematura, uma morte que não estava anunciada, inadvertida. Ele foi vítima de um mal coronário, veio a falecer de um infarto, como eu disse, na plenitude da sua possibilidade de produzir felicidade.

Era uma pessoa mansa, entretanto firme nos seus propósitos. Uma pessoa cordata, mas intransigente na defesa do que acreditava. Uma pessoa que merece desta Casa, do Parlamento baiano de grandes tradições, de tradições históricas, uma Moção de Pesar que deverá ser ao seu tempo comunicada à Câmara Municipal dos Vereadores e também à Prefeitura local para que oficialmente chegue às mãos dos

seus entes queridos, que hoje nutrem uma saudade muito profunda. Esta posição deste deputado, sem sombra de dúvida, terá o apoio irrestrito de alguns deputados que aqui, eu sei, tiveram com ele nesta nossa efêmera passagem uma relação muito construtiva.

Falo das deputadas Fátima Nunes e Maria del Carmen e dos deputados Aderbal Caldas e Carlos Ubaldino. Não tenho dúvidas de que todos eles tiveram relações pessoais e até relações políticas com Sarbélío. Nós desejamos, com esta mensagem e documentação que vão ficar nos Anais desta Assembleia, conforto e solidariedade neste momento difícil, através duma homenagem justa e singela, tão somente uma Moção de Pesar que ficará registrada aqui como algo positivo, histórico e importante para nós, que continuamos ainda esta caminhada meio incerta.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, venho à tribuna na tarde desta terça-feira para fazer um desabafo, deputado Luciano Ribeiro. O meu amigo e colega deputado Joseildo Ramos também subiu aqui, e pensei que ele explicaria a esta Casa Legislativa onde pretende o governo gastar 1 bilhão e 600 milhões de reais.

Deputado Bira, quando me dirigia a esta Assembleia, pautado pelos blogs e jornais, entendia que hoje seria apreciado um projeto de lei que concede um empréstimo para o governo no valor de 400 milhões de dólares. E fui surpreendido, Sr. Presidente, com uma matéria no Bocão News em que o Líder da Situação, deputado Zé Neto, declarou que só após o empréstimo ser aprovado neste Legislativo é que o governo vai informar onde será gasto o recurso, deputado Bira.

Fiquei espantado! Vamos dar ao governo um cheque em branco - mais um cheque em branco! - no valor de um bilhão e meio de reais, e o Líder da Maioria olha para os seus liderados e diz: “Vocês vão votar pelo empréstimo. Mas, só depois que votarem e ele for aprovado, eu darei o direito para que V.Ex^{as} saibam onde será empregado esse recurso”.

Deputado Luciano Ribeiro, V.Ex^a, como Líder do Democratas nesta Casa, um expoente da Bancada da Oposição ao lado do também Líder Sandro Régis e dos deputados Hildécio Meireles, Marcell Moraes e Luciano Simões Filho, imagine a força que o Líder do governo tem com a Bancada governista! Ele tem a pretensão de votar um empréstimo de mais de 1,5 bilhão de reais sem dizer, deputado Hildécio, onde serão aplicados esses recursos!

Quando digo que o Poder Executivo está tentando agachar e deixar de forma agachada este Poder Legislativo, muitos dizem que estou exagerando. Porém imaginem uma Casa que tem o poder e o dever de fiscalizar, mas se priva das suas prerrogativas fazendo a vontade do Poder Executivo em detrimento das suas próprias

obrigações.

Hoje, aqui, vejo um Plenário composto por parlamentares da Oposição e apenas o guerreiro e único representante da Bancada governista, o deputado Bira Corôa. É lamentável perceber que o governo, deputado Marcell Moraes, vai solicitar desta Casa um empréstimo de 400 milhões de dólares, mas nem sequer tem a consciência de perceber, deputado que acaba de chegar, professor José Raimundo, e a decência de esclarecer ao Poder Legislativo onde serão aplicados esses recursos. Eu não acredito que nenhum parlamentar da base governista se sinta confortável para votar um projeto de lei que concederá mais de 1,5 bilhão de reais em empréstimo ao governo sem nem sequer querer saber onde serão aplicados tais recursos!

É lamentável, é vergonhoso! Os baianos não elegeram parlamentares para dizer amém ao Executivo! Elegeram para fiscalizá-lo! E, ao que me parece, os parlamentares da base do governo têm a pretensão de conceder esse empréstimo sem nem sequer saberem onde serão aplicados os recursos! É realmente lamentável!

Espero que, se este projeto vier a ser apreciado na tarde da quarta-feira, o Líder do governo, o deputado José Neto, traga, deputado Adolfo Menezes, exatamente as explicações de maneira detalhada sobre para onde irão tantos recursos. Numa crise destas que vivemos, não é possível que o governo queira fazer um empréstimo de 1,5 bilhão sem dizer onde serão gastos esses recursos!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Bira pelo tempo de 5 minutos. (Pausa.) Deputado Bira, eu vou fazer uso da palavra. V.Ex^a vai depois, então?

(O deputado Bira Corôa acede.)

O Sr. PRESIDENTE (Vítor Bonfim):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu amigo deputado Adolfo Viana, não falaria sobre este assunto, mas vou responder a V.Ex^a. É claro, pode ficar tranquilo porque a Bahia tem atualmente um governador mais técnico ainda, mais sério ainda do que o ex-governador. Tenho certeza de que esses recursos serão bem empregados.

Hoje com o governador participei, representando esta Casa, do programa de doação de órgãos. E lá, para surpresa minha - eu não sabia, deputado Zé Raimundo -, um ano de hemodiálise já paga um transplante de rim, com tantos que têm na fila!

Portanto, S.Ex^a está mostrando nesta época difícil que nós estamos atravessando, em que governos como o do Rio Grande do Sul e do Paraná outrora estados ricos, industrializados estão dividindo o salário dos funcionários em três vezes.

O governador Rui Costa, tenho certeza, está fazendo o máximo e vai continuar

fazendo o máximo para trabalhar mais com menos recursos. Demonstrou que hoje os hospitais estão produzindo mais com menos recursos, deve ser pelo aperto na gestão. E eu não tenho dúvida, é claro que muitas áreas precisam ser melhoradas. A Bahia passa por uma situação difícil, e acredito que esta Casa não vai criar problema em aprovar esses recursos. Até porque a Bahia é um dos estados que tem mais capacidade hoje, tem crédito para tomar empréstimo. Claro que o Líder do Governo vai ter que dar satisfação à Bancada da Oposição, que precisa saber, discriminado para onde vão ser dirigidos esses recursos. Isso é um direito, claro, de todos os deputados. Mas, não tenho dúvida de que esses recursos serão aplicados da melhor forma possível.

E esta Casa, eu acredito que tem responsabilidade e sabe que a Bahia precisa de ajuda. O governador não pode fazer milagre, a Bahia não tem um centavo de recursos próprios para investimento. Os 42 bilhões do orçamento são unicamente para pagar custeio, a folha que já está no limite da Lei de Responsabilidade, dívidas anteriores de outros governadores, não tem um centavo para investimento.

Então, se o Estado da Bahia não tomar empréstimo, seguramente, deputado Zé Raimundo, vai ficar muito mais difícil para o governador atender às reivindicações justas dos prefeitos, dos parlamentares e da população, que é o objetivo principal. O governador tem feito um esforço terrível para pagar a folha em dia, nessa crise que estamos atravessando e que ninguém pode dizer que desconhece.

Existe, deputado Hildécio, um projeto do senador José Serra para que se use uma parte dos precatórios. Até agora o governo federal não liberou, porque daria uma folga ao nosso Estado, hum bilhão e trezentos. Só para o Funprev são dois bilhões e meio que o governador tem que aportar esse ano de 2015, quando há oito anos, no final do governo Paulo Souto, eram 300 milhões. Vejam que de 300 milhões para dois bilhões e meio, a conta não está fechando e nem vai fechar.

Nós aprovamos também aqui nesta Casa 200 milhões de dólares para as estradas, que até agora também o governo federal, pela crise instalada em Brasília, não está querendo liberar, e aí não tem milagre a fazer.

Acredito que a Oposição está no seu papel de fazer Oposição, mas sabe perfeitamente da seriedade do governador, que está sofrendo de angústia, como nós, representantes da população, de várias cidades do Estado, sofremos por não podermos atender às inúmeras reivindicações que nos chegam, praticamente, todos os dias.

Então, eu acredito que esta Casa, mais uma vez, não vai faltar à Bahia, a despeito da crítica, e até justa, do deputado Adolfo... Eu falei justa, deputado Adolfo, V.Ex^a não está ouvindo direito, eu não falei injusta, eu falei justa, e é claro que todos têm que saber para onde vão ser dirigidos esses recursos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, nobres deputados da Assembleia Legislativa da Bahia, amigos da *TV Assembleia*, escutei aqui atentamente o nosso querido amigo, presidente em exercício, Adolfo Menezes, no seu discurso, aqui nesta Casa.

E muito me admira o deputado Adolfo Menezes, Líder da vereadora Zefinha, de Campo Formoso, subir aqui e defender o indefensável. Imaginem os senhores que esta Casa, através dos Srs. Deputados do governo, demonstra a intenção de votar, deputado Luciano Ribeiro, um cheque em branco de 400 milhões de dólares para o governo do Estado.

Em nenhum momento aqui a Oposição seria irresponsável para ir contra um projeto, deputado Hildécio, que trouxesse benefício para o nosso Estado. Mas o que estamos questionando não é o projeto, mas sim a sua forma. Gera aqui nesta Casa uma autorização de crédito que não diz o plano de trabalho de aplicação de recursos. Isso não existe. Não fala de que forma esse dinheiro será desembolsado dos cofres do Estado. Não fala. Apenas pede autorização da Assembleia para que autorize esse empréstimo.

E aí esta Casa, nobre deputado Adolfo Menezes, dando essa autorização, deixa de ser um Poder independente. Esta Casa passa a ser apenas uma secretaria que carimba a vontade do Executivo. E assim, nós entendemos que esta Assembleia, amanhã, no mínimo, tem de respeitar a confiança da população baiana, que nos concedeu nossos mandatos. Ninguém, dos 63 deputados, foi eleito para dizer amém. Ninguém dos 63, deputado Carlos Geilson, independentemente de ser governo, independentemente de ser Oposição, foi eleito para não pensar. Não fomos eleitos para não questionar o que é certo e o que é errado.

E assim aconteceu aqui na semana passada, no projeto dos impostos virtuais das compras pela internet, no ICMS sobre gasolina. Como é que se vota um projeto sem ler? Como é que esta Casa vai votar um projeto sem saber do que se trata? O que estamos falando aqui é de endividar o Estado em mais de 400 milhões de dólares, ou seja, em 1,6 bilhão de reais. E esta Casa acha isso normal e vai dando, deputado Hildécio, o cheque em branco para o governo, sem sequer saber qual é o plano de aplicação desse recurso.

Ora, não somos contra que venham recursos para o Estado, para o desenvolvimento, para geração de emprego e renda. Mas, não podemos dar um cheque em branco para o governo do Estado sem saber nem sequer como será aplicado esse dinheiro, de que forma será pago ao banco financiador.

Eu acho que, no mínimo, esta Casa cometerá uma grande irresponsabilidade com os baianos. E quero aqui dizer que a minha Bancada não pactuará com essa irresponsabilidade. Nós não pactuaremos, deputado Luciano Ribeiro, com esta falta de respeito com o cidadão baiano porque, quando nós falamos em 400 milhões de dólares, nós não estamos tratando de dinheiro pessoal. Nós estamos tratando de dinheiro público, porque devemos obrigação à sociedade baiana.

Eu tenho certeza que daqui para amanhã o Líder do governo refletirá sobre o

que disse à imprensa de que só informará sobre a aplicação dos recursos depois da aprovação. Por quê? Será que esse depois quer dizer que essa aplicação não condiz com as reais necessidades do povo baiano?

Faço um apelo, Sr. Presidente, para que V.Ex^a ao lado da vereadora Zefinha de Campo Formoso façam um apelo, peçam ao Líder do governo e ao Sr. Secretário e tragam a esta Casa o plano de trabalho, para que amanhã V.Ex^{as} tenham ciência do voto que darão.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. Servidores, visitantes, primeiro, quero tranquilizar a Oposição em relação à lisura e ao compromisso deste governo com os recursos públicos e a Bahia. Há uma diferença singular entre o governo Rui Costa, assim como o de Wagner, com o município de Salvador. Estão-se espelhando na realidade de Salvador para transferir as preocupações para o Estado. Há uma diferença singular e é preciso tratar isso com distância. Mesmo porque hoje quem mais executa obras em Salvador é o governador Rui Costa. Obras para a sociedade e a população. São mais de 100 encostas entregues. Aliás, é discurso das esquinas desta cidade que toda semana há uma inauguração do governo do Estado no município de Salvador, pela ausência de atuação do gestor do município.

É uma discussão em relação ao posicionamento do deputado Zé Neto, Líder da nossa Bancada. Mas quero assegurar que estamos muito tranquilos. É lógico que essa matéria, aqui, na Casa, será apresentada para a Bancada, como tem sido com outras matérias. Então não há essa preocupação com a aplicação dos recursos e com a capacidade de endividamento que o Estado da Bahia tem hoje. Exatamente pela seriedade em que vem conduzido o Estado da Bahia sob a sua gestão.

A grande preocupação é de que o Estado tenha condição de ir para o endividamento e aplicar esses recursos. Diferente de outros momentos em que o Estado da Bahia estava no rol dos estados que não estavam credenciados porque não existia confiabilidade para que ele pudesse se endividar.

Fico muito tranquilo para dizer isso aqui, para defender e até confortar a Oposição. É lógico que a Oposição tem que fazer o seu papel, buscar o debate, o discurso e provocar as ações. Mas muito tranquilo, porque esse é um debate superado. O que credencia o governo do Estado, acima de tudo é a confiabilidade que tem da sociedade baiana, dos setores fiscalizadores e do Judiciário.

Então queria também, Sr. Presidente, no restante do tempo que me falta, mais uma vez, gostaria de agradecer à Comissão de Promoção da Igualdade desta Casa, a todos os parlamentares que contribuíram para que no dia de hoje tivéssemos aqui uma

audiência com a presença da ministra da Promoção da Igualdade que muito engrandeceu esta Casa trazendo uma campanha denominada de Pátria Educadora pela Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo, uma campanha que visa também firmar na Bahia... E ontem o governador Rui Costa firmou o compromisso da Década Internacional de Afrodescendentes para estabelecer políticas públicas para o avanço de uma sociedade igualitária que todos nós acreditamos e a sua consolidação no plano internacional e, sem dúvida nenhuma, no plano nacional.

Foi interessante a presença da ministra que, apesar de apresentar o plano nacional, teve a oportunidade de confrontar e discutir o plano estadual, porque a Bahia avança na aprovação por esta Casa do Estatuto da Igualdade Racial, sancionado quase na sua totalidade, que é hoje uma das leis mais avançadas que se tem no país para esse setor.

Então queria, mais uma vez, comunicar e destacar a audiência pública que tivemos hoje pela manhã com uma representação bastante significativa de setores organizados da sociedade, com a presença da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, Vera Lúcia, e, sem dúvida alguma, um conjunto de representações. E 3 municípios assinaram aqui um tratado de intenções, de compromisso, para implantação: Vitória da Conquista, Governador Mangabeira e Porto Seguro firmando um convênio com o governo federal.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Agradeço a participação de V.Ex^a.

Com a palavra pelo tempo de até 5 minutos o deputado Marcell Moraes. (Pausa.) Na ausência, com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde, amigas e amigos da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Sr. Presidente, membros da imprensa, no final de semana, mais precisamente no sábado, houve uma audiência pública no município de Casa Nova para tratarmos da crise hídrica do Vale do São Francisco, mais e especificamente naquele município, no lago de Sobradinho.

Contamos com a presença de todos os vereadores da Câmara Municipal da cidade, do prefeito, na qualidade de deputado estadual estive presente, assim como os deputados Adolfo Viana e Zó.

Foram convidados para essa audiência os representantes da Codevasf, da Chesf, do Ibama e de outros órgãos ligados ao Vale do São Francisco, porém, só compareceu o representante do Ibama. O único representante do governo do Estado que compareceu foi um funcionário da Secretaria de Recursos Hídricos que deu um exemplo, Rosenberg, do que um servidor público não deve fazer.

O tema, como falei no início, foi para tratar da crise hídrica do São Francisco, mais especificamente do município de Casa Nova. O objetivo da sessão era ouvir os problemas dos irrigantes, da população do município de Casa Nova frente a uma das

maiores secas da história do rio São Francisco. Fiquem todos sabendo que o lago do Sobradinho, hoje, tem pouco mais de 9% de capacidade de água no seu reservatório. Estudos indicam que dos 9%, quase metade deles, é de lama e de água imprópria para o uso, ou seja, pode chegar a 4 ou 5% somente a capacidade do reservatório. Os irrigantes passam por uma situação gravíssima naquele município. E o que fez o representante do governo do Estado? Fez seu pronunciamento com pouco mais de 15 minutos de audiência realizada, deu as costas à audiência e saiu; foi embora, deputado Pablo Barrozo, não ouviu ninguém, nenhum dos deputados presentes, nem o deputado Zó do governo foi ouvido porque o representante do governo saiu no início da audiência.

Essa foi a forma que o governo do Estado foi representado no município de Casa Nova, no último sábado. Não obstante, no momento dos cumprimentos por esse membro do governo do Estado, o deputado Zó, da Base do governo, estava presente e ele nem mencionou na saudação inicial o deputado Zó e mencionou o deputado Eduardo Salles que nem lá estava. Não entendi qual o preconceito do membro da Secretaria de Recursos Hídricos com o deputado Zó, não sei qual é o preconceito que ele tem com um legítimo representante de Casa Nova, que teve mais de mil votos e é da vizinha Juazeiro. Essa foi a forma que o governador Rui Costa enfrentou os problemas da seca do rio São Francisco no município de Casa Nova, nesse último sábado.

Além disso, nenhum membro do governo federal que foi devidamente convidado compareceu à audiência, somente um funcionário do Ibama teve postura exemplar, mas infelizmente o Ibama não tem muita coisa que resolver, quem teriam efetivamente eram a Chesf e a Codevasf que não se fizeram presentes. Vamos lembrar que naquele município de Casa Nova, no segundo turno, a presidente Dilma Rousseff teve mais de 80% dos votos e foi dessa forma que a presidente Dilma Rousseff foi representada no evento em Casa Nova.

O PT deu as costas tanto ao governo do Estado como ao governo federal frente a crise hídrica no município de Casa Nova e do Vale do São Francisco como um todo. Decepcionante a atuação do governo do Estado da Bahia e do governo federal com relação a um problema importantíssimo de um dos municípios mais importante do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, V.Ex^a que é de direito e de fato vice-presidente desta Casa, está no exercício da presidência deste Parlamento, é declaradamente candidato a ser o presidente da próxima gestão. Quero aqui lamentar profundamente o pronunciamento de V.Ex^a nesta tarde com essas condições, ainda que fosse sem essas pretensões, o discurso de

V.Ex^a nesta Casa demonstra que V.Ex^a entende que o Parlamento deve ser uma chapa branca do Executivo. Não estamos aqui a questionar nesse instante, nesse momento e nesse projeto a idoneidade, a boa vontade ou a boa-fé do governador.

Estamos a questionar e a lutar pelas prerrogativas do Poder Legislativo, que é a de ter o direito, ter a obrigação e se debruçar sobre os projetos que por aqui passam. Não podemos aceitar, Sr. Presidente, que o governador mande para esta Casa um projeto para se adquirir 400 milhões de dólares de empréstimo sob o simples argumento de que é para aplicar, que o governador é gente boa, que o governador vai saber aplicar, que é técnico. O governador deve obediência às leis, o governador deve obediência aos poderes constituídos e nós devemos obediência às leis e ao povo que aqui nos colocou.

Por isso, é necessário que o governo diga, discrimine onde e de que forma esses recursos serão utilizados. Porque se trata da terceira etapa de um projeto que, outrora, foi, aqui, também, aprovado.

Mas, quero informar àqueles que, às vezes, não têm essa informação que os recursos foram recebidos em real, mas indexados ao dólar. Com a alta dessa moeda, já dobrou o valor do endividamento. Além do mais, 50% do que o governo recebeu, meu caro Rosenberg, foram utilizados para pagar dívida do governo do Estado para com o governo federal.

Talvez seja por isso que o governo federal é avalista desse empréstimo. Porque o dinheiro é tomado pelo governo do Estado, pelos baianos, e paga as pedaladas fiscais do governo federal. Foi assim com 50% do dinheiro que aqui entrou, sob esse mesmo programa. Ficaria muito satisfeito se esse dinheiro viesse discriminado como plano de trabalho, que fosse, para preservar, revitalizar o São Francisco. Nós, que somos do semiárido, sabemos as dificuldades porque passamos. O governo, que já dura 10 anos, nunca construiu, deputado Fábio Souto, uma barragem no semiárido da Bahia.

E é por isso que uma grande reportagem hoje, na Rede Globo, na TV Sudoeste, demonstra que o Município de Caetité – a terra de Anísio Teixeira, a terra de tanta importância para a Bahia, de tantas histórias – está, pasmem todos, há 3 anos consecutivos, vivendo um racionamento de água em suas torneiras. Não se pode permitir isso, porque o governo, para esse dinheiro, poderia dizer que seria para solucionar a crise hídrica do sertão, a crise hídrica do São Francisco, a crise hídrica de Caetité.

Mas não! Querem que os deputados da Base governistas entendam, assim como o vice-presidente desta Casa, que a boa-fé, que o fio de bigode do governador seja o bastante para calarmos e aprovarmos aquilo que não conhecemos, e negar a todos os baianos aquilo que é nosso dever, o dever de sermos fiscais, de sermos legisladores.

Muito obrigado, e boa-tarde a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles.

Deputado Carlos Geilson, meu amigo, daqui a pouco V.Ex^a usará a palavra no Pequeno Expediente.

Srs. Deputados... Deputado Rosemberg! Deputado Sandro!

Um momento, deputado Hildécio.

Deputado Rosemberg, como não existe mais tempo, então, haverá um acordo. Há vários deputados da Bancada de V.Ex^a e outros.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, o Pequeno Expediente acaba às 15 horas.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Sem acordo o deputado Hildécio poderá nem falar.

Deputado Hildécio, o seu Líder não quer que V.Ex^a fale. Pelo Regimento, só resta 1 minuto.

Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu aceito, para darmos oportunidade e para não dizerem que estamos cerceando. Falarão dois de um lado e dois do outro. Se não houver orador, não há problema, peço verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado, Líder da Minoria, Sandro Régis, resolveu alguma coisa?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Veja a minha sugestão, por deferência ao deputado que já está na tribuna: que concedêssemos 5 minutos para o deputado Hildécio, e falaria outro. O.K. Então, o deputado Hildécio e o deputado Rosemberg falarão; e depois encerramos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, meu caro amigo Adolfo Menezes, Srs. Deputados, funcionários e funcionárias, aprendemos desde criança em nossas casas, e até mesmo nos dias de hoje, meu caro deputado Alex, que precisamos recorrer a banco para tomar empréstimo para, por exemplo, custear as nossas despesas domésticas ou o estudo dos nossos filhos. Entendemos que isso não é uma boa prática, mas o que vemos, de modo geral, é que os governos têm uma predileção muito grande por tomar financiamentos, antecipar receitas ou, até mesmo, fazer o que não deve com o dinheiro: meter a mão.

Então, se fizermos um acompanhamento dos últimos 20 meses aqui, na Bahia, vamos lembrar que no início de 2014 o governo anterior a este, que é de continuidade, antecipou cerca de 1 bilhão de reais, proveniente dos recursos dos royalties oriundos da exploração de petróleo e gás. O governo passado encerrou o exercício com mais de 2 bilhões de reais entre restos a pagar e despesas de exercícios

anteriores, e nós ainda vamos fazer uma análise bem detalhada desses valores para que esta Casa possa exercer a sua missão de fiscalização.

Mas, o governo não se deu por satisfeito e foi aprovada nesta Casa a alienação de bens de um fundo previdenciário; e também foi aprovada aqui, nesta Casa, a possibilidade do Poder Executivo meter a mão em recursos de depósitos judiciais. E a lei que aqui foi votada não ficou muito clara, porque, ao que parece, o que pedia naquele momento é que, se alguém tivesse um conflito judiciário com o Estado e depositasse em juízo, o Estado pudesse antecipar 50%. Mas me parece que, muito pior do que isso, se dois particulares tiverem um conflito e um dos dois, ou os dois, depositarem em juízo, algo que tem nada a ver com o Estado, ele pode também meter a mão em 50% desse valor.

Agora, o Poder Executivo solicita desta Casa autorização para financiar mais de R\$ 1,5 bilhão, sem nos demonstrar objetivamente para quê. Ele tem colocado de forma muito subjetiva o que pretende fazer com esses recursos, sem nos dar a oportunidade, pelo menos, no exercício do nosso mandato, de conversar com as nossas bases: aqui será recuperada essa estrada, aqui será construído um semianel rodoviário, aqui será construído um hospital, uma escola. Enfim, não temos notícias de nada. Temos apenas, aqui, nesta Casa, que votar na forma que o Poder Executivo manda e desmanda.

Felizmente, meu caro deputado Luciano, solicitamos da presidência do Tribunal de Contas do Estado que nos fornecesse a senha de um sistema chamado Mirante, com a qual nós, deputados, poderemos ter acesso às contas do governo do Estado, do Poder Executivo, de forma mais detalhada. O presidente dessa corte, de forma gentil, dirigiu-nos a resposta, dando ao presidente da Casa, conversei há pouco sobre isso com o nosso Líder, a possibilidade de obtermos duas senhas. Fica a nossa sugestão aqui: que a Bancada de oposição fique com uma senha dessa e, também, a Bancada de situação tenha acesso a esse sistema para que a gente possa, definitivamente, fiscalizar melhor as contas do governo do Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Questão de ordem, Sr. Presidente

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Aderbal Fulco Caldas. Não, o deputado Rosemberg Pinto fará uso da palavra.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, estudantes de algum colégio do Estado Bahia que vêm nos visitar aqui, quero parabenizar a iniciativa dos professores, da área legislativa e da imprensa. Recebi, hoje, deputado Herzem, no meu gabinete, o vereador e radialista Amaral, de Itapetinga. Ele veio conversar comigo sobre algumas questões, entre elas, falamos sobre a universidade estadual. Ele é um defensor, como eu e V.Ex^a, do curso de Medicina Veterinária; mas, hoje, infelizmente, as condições reais o impossibilitam. No debate que tivemos, com

os professores e com os diretores, aproveitamos os professores que atuam na área de pedagogia, para conversar sobre a ampliação, de repente, dos cursos de História e Filosofia na nossa cidade. Quero deixar registrada a indicação que o vereador Amaral fez, para que possamos debater com o governo do Estado a ampliação dos cursos naquela universidade.

Deputado Luciano, quero dizer que o empréstimo apresentado pelo governador Rui Costa para esta Casa, do ponto de vista legislativo, não requer, necessariamente, a apresentação de um plano de desembolso, que é prerrogativa do Poder Executivo. É natural, acho que pertinente, que a secretaria, a Casa Civil e o Líder do governo possam reunir-se com a Bancada – seja do governo, seja da Oposição – para fazer as explanações necessárias.

Certamente, quando o governo encaminha para esta Casa uma solicitação de empréstimo, encaminha, também, as justificativas. Assim, não vejo nenhum problema em ser apresentada, em ser feito um debate aberto. Isto não é prerrogativa do Poder Legislativo: analisar um plano de desembolso. Tal plano é uma construção do Poder Executivo. Cabe à Casa Legislativa avaliar o nível de endividamento do governo do Estado; cabe à Casa Legislativa analisar se o empréstimo será efetivado para investimento, porque não pode para custeio, ou seja, são essas questões.

Nesse momento, acho que temos muitas justificativas para esse empréstimo. V.Ex^a tem colocado, aqui, algumas obras que precisam ser concluídas. É natural! Precisamos dar continuidade e reconhecemos que existem obras paradas no Estado e que precisam ser retomadas. Só poderemos retomá-las se houver dinheiro. A única forma, neste momento, num quadro da economia com muita dificuldade, é fazer esse empréstimo, que está previsto, para realizarmos os investimentos necessários, inclusive, os investimentos de recursos hídricos, que V.Ex^a, deputado Luciano Simões, apresentou, aqui, citando as dificuldades hídricas no nosso Estado. Acho que serve para isso.

Quero dizer, deputado Adolfo Menezes, que esse empréstimo está calçado dentro das condições necessárias para que o aprovemos amanhã aqui. O Estado da Bahia tem um dos menores índices de endividamento entre diversos estados da nossa União. Ele tem uma capacidade efetiva de endividamento, e com isso acho que tem as condições necessárias.

Cabe, na minha opinião, entre hoje e amanhã, todos nós nos debruçarmos sobre o assunto para debater; cabe o Líder do governo fazer os esclarecimentos necessários para que possamos, com muito conforto, amanhã, votar e aprovar esse empréstimo que, certamente, ajudará bastante as ações sociais do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Gostaria de saudar todos os estudantes do Colégio Estadual Dr. Eduardo Baiana, da Fazenda Grande II, neste

programa interessante chamado “A Escola e o Legislativo”. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa da Bahia.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Aderbal Fulco Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr. Presidente, minha questão de ordem é no sentido de fazer uma comunicação inadiável.

Ontem, a nossa cidade de Olindina teve um dia de luto. Quero comunicar, com muito pesar, a morte de dois amigos relativamente jovens, ambos da mesma idade, 48 anos. Faleceu o nosso amigo Luís Correia de Santana, filho de um velho amigo nosso, Pedro do Congo. Comunico também a morte do nosso amigo Sarbelio Gonzaga da Silva, rapaz muito querido e respeitado na sociedade olindinense, presidente do Partido dos Trabalhadores do nosso município, tinha também, politicamente, um futuro promissor. A família do seu pai era nossa amiga, e o seu pai foi muito amigo do meu pai. A família da esposa dele – do saudoso João Dória – também é de amigos nossos.

A sociedade de Olindina teve, ontem, um dia de grande pesar pela perda desses dois cidadãos, homens de bem, acreditados, trabalhadores, pessoas de futuro. Foi realmente um dia de pesar. Quero expressar meu profundo pesar, solidarizar-me com as famílias enlutadas e dizer apenas que haveremos sempre de respeitar a memória e conservar a saudade desses dois amigos – Luís Correia de Santana e o presidente do Partido dos Trabalhadores no nosso município, o nosso amigo Sarbelio Gonzaga da Silva.

Para concluir minha questão de ordem, presidente, peço a V.Ex^a que proceda a uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo a V.Ex^a, como presidente da Casa. Sabemos que o presidente tem de zelar pelo Poder Legislativo.

O deputado Aderbal Fulco Caldas pede uma verificação de quórum. Imagino que essa sessão vai cair. Vamos voltar amanhã para apreciarmos um projeto do Poder Executivo que solicita autorização do Poder Legislativo para um empréstimo de 400 milhões de dólares. Esse valor, hoje, significa nada mais, nada menos do que 1 bilhão e 600 milhões de reais.

A Oposição desta Casa pede que o Poder Executivo diga onde pretende investir esse valor. Parece-me que a Bancada governista também não sabe, porque, hoje, o Líder do governo, o deputado Zé Neto, disse que só depois de o empréstimo ser aprovado é que o governo irá se manifestar onde aplicará esses recursos. Quero dizer que, se isso vier acontecer amanhã, se esta Casa conceder um empréstimo de mais de 1,5 bilhão de reais ao Poder Executivo da maneira que aí está, ficará, mais uma vez,

comprovado que esta Casa se agacha para o Poder Executivo. Será uma grande vergonha para esta Assembleia Legislativa, Sr. Presidente, autorizar mais de 1,5 bilhão de reais para o Poder Executivo sem sequer saber onde esses recursos serão aplicados.

Peço que V.Ex^a, na condição de presidente, converse com o Líder do governo e garanta aos parlamentares o direito de saberem onde serão aplicados esses recursos. É vergonhoso ver a Bancada da Maioria se submeter a esse tipo de coisa. O Poder Executivo encaminha o projeto, e eles pretendem dar uma autorização, um cheque em branco, esquecendo da condição que se encontram. Eles são deputados que devem e têm a obrigação de fiscalizar o Poder Executivo.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Bira Corôa.

O Sr. Pablo Barrozo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Bira Corôa:- Faço uso dessa questão de ordem, primeiro, para reafirmar a necessidade da verificação de quórum e também para fazer uma comunicação inadiável: logo mais, às 16h, acontecerá o lançamento de mais quatro edições de livros da história da Bahia, de autores que contribuem com a nossa identidade social, cultural, étnica e política. Portanto, reafirmo a importância desse ato e convido todos a comparecerem logo mais, às 16h, no Salão Nobre desta Casa.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Pablo Barrozo, o deputado Targino Machado fará uma comunicação inadiável. Logo após a fala dele, darei a questão de ordem a V.Ex^a.

Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, quero dar ciência a esta Casa que eu estou com uma viagem agendada. Amanhã estarei no Incor fazendo uma revisão. Não sabia, antes de agendar, que a votação seria no dia de amanhã. Quero dar ciência, através de V.Ex^a, ao Plenário desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado Targino Machado. Desejo que dê tudo certo, como já vem dando, com V.Ex^a. Acredito que esse é o desejo de todos os seus colegas.

Questão de ordem do deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Presidente, quero me solidarizar e desejar ao deputado Targino Machado que tudo dê certo, amanhã, nos exames e uma boa recuperação. Quero que ele continue bem forte, porque sentimos a falta dele nas sessões, no Plenário.

Presidente, fiquei feliz, num momento difícil, porque ouvi o Líder do PT, deputado Rosemberg Pinto, confessar a necessidade que o governo do Estado tem em completar as obras. Ele reconheceu que as mais de 300 obras que identificamos no interior da Bahia – obras de médio e grande porte – estão paradas. Ele, felizmente,

reconheceu o que toda a Bancada do Governo e o governador não reconhecem: a Bahia está abandonada e sem planejamento nos seus gastos.

Mais uma vez, o governo do Estado, que, reiteradamente, nas vésperas da eleição, gasta todo o dinheiro do governo – o que tem e o que não tem – de forma descabida, desproporcional e ilegal nas conhecidas campanhas petistas, vem pedir socorro a esta Casa para o empréstimo de um dinheiro que você não sabe para onde vai. Sabemos de onde o dinheiro vem, mas não sabemos para onde vai.

Infelizmente, nos ficamos aqui reféns dessa forma do PT de administrar o Estado da Bahia sem planejamento e com irresponsabilidade com o dinheiro alheio. O governo do Estado quer, mais uma vez, outro empréstimo financeiro.

Veja, quando V.Ex^a, deputado Herzem, precisa, realmente, de algo, dentro de sua casa ou dentro de sua empresa, usará o recurso principal para sanar algo. O governo do Estado não apresenta o que vai sanar com esse recurso. Os principais problemas como a saúde e como a segurança pública estão abandonados pelo Estado. O governo do Estado não fala uma vírgula a respeito disso quando traz esse projeto de empréstimo para esta Casa.

Quero, mais vez, convocar os amigos líderes, os colegas da Oposição e do governo para estarmos, aqui amanhã, e votarmos contra esse projeto. Senão, faremos obstrução porque esse projeto é, de certa forma, ilegal, além de ser imoral a forma como tramita nesta Casa.

Peço a compreensão do presidente para externar ao deputado Bira Corôa a felicidade que vejo quando ele se preocupa, junto ao governador do Estado, com o município do Salvador.

Quero perguntar ao deputado Bira Corôa: como está Camaçari? Como está o resto da Bahia? Será que tem alguma obra? Porque Salvador vai bem, obrigado. Disso, todos sabem! E todos sabem que Salvador tem prefeito.

Infelizmente, o nosso Estado, mais uma vez, tem um governador eleito pelo modo petista de fazer política, qual seja, lá de cima oferece recursos públicos indevidos para as pessoas com o objetivo de tentar uma eleição ou reeleição até 2038, como disse o nosso ministro Gilmar Mendes, a quem parabênizo pela coragem de, como ministro do Supremo Tribunal Federal, vir a público e dizer o que todos sabem mas poucos têm coragem de dizer ao microfone.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, estou abrindo mão. Ninguém está cumprindo o Regimento. Estou fazendo vista grossa por uma questão de amizade.

Para encerrar os trabalhos, com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Ubaldino:- Sr. Presidente, quero fazer uma comunicação inadiável.

O Sr. José de Arimatéia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Aqui, ninguém obedece a uma comunicação inadiável, só o líder.

Deputado José de Arimatéia, deixe para fazer o discurso amanhã porque, senão, vai bagunçar tudo.

O Sr. José de Arimatéia:- O deputado usou a palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Não foi aberto para usar a palavra. Ninguém usou. O deputado Hildécio Meireles usou a palavra, porque foi um acordo entre o Líder do PT, Rosemberg Pinto, e o Líder Sandro Régis.

Tenho certeza de que V.Ex^a, deputado José de Arimatéia, amanhã, dará conta do recado.

Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Obrigado, Sr. Presidente.

Segundo o deputado Sandro Régis, o atual Sr. Presidente Adolfo Menezes está em franca campanha. Sabemos de hoje, mas não sabemos de amanhã.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Não é meu estilo. Primeiro, não me queiram colocar contra meu amigo Marcelo Nilo que quer ser hexa. Então, não tenho esta preocupação. Eu assumo como vice-presidente. V.Ex^a sabe que, normalmente, estou presente na Casa. No momento, estou presidindo esta sessão. Mas sou um presidente sem tinta na caneta. Quando o presidente Marcelo Nilo viaja, ele só deixa a capa da caneta, só deixa o bocal e tira a tinta. Então, estou aqui como vice-presidente da Casa, mas sem poder algum. O poder, aqui, é presidencialista.

O Sr. Carlos Geilson:- Obrigado, Sr. Presidente.

Eu fico pasmo! Como um projeto desse, melhor, desta natureza, que versa sobre US\$ 400 milhões em empréstimo, é aprovado a toque de caixa sem o governo explicitar onde este dinheiro será empregado? Como o deputado dá um cheque em branco ao governo sem ter conhecimento da aplicabilidade desse recurso? Não estamos falando de R\$ 400,00 nem de R\$ 400 mil! Estamos falando de US\$ 400 milhões de empréstimo e com o dólar batendo à casa de quase R\$ 4,00.

Eu quero entender a cabeça de deputado governista! É a vontade de agradar! A pressa em agradar passa por cima dos seus preceitos legais que são o de fiscalizar e o debater. Assim, ele está constitucionalizado na cadeira de deputado. Mas prefere outorgar ou entregar ao governo o seu mandato sem, ao menos, ter a prerrogativa de analisar, com mais cuidado, essa montanha de dinheiro entrando no Erário do Estado da Bahia.

Outro dia, li e fico a me perguntar o que se passa na cabeça de determinados petistas. Uma vereadora da Câmara Municipal, aqui da capital, disse que o prefeito ACM Neto deveria reduzir os tributos municipais. Contudo, na esfera federal, essa mesma vereadora apoia essa sangria e essa escorcha que faz o governo da presidente Dilma.

É interessante. Às vezes, eu me pergunto o que se passa na cabeça de um deputado governista. Não vou generalizar, porque toda regra tem exceção. Mas há petista que mais parece... Eu usaria um termo pejorativo, mas vou-me pautar, melhor, vou-me acautelar para não usar esse termo. Mas eu queria entender o se que se passa

na cabeça, melhor, no cérebro dessas pessoas.

Amanhã, teremos a oportunidade de debater esse empréstimo e de lamentar a votação do Funprev. Os servidores e os funcionários do Estado da Bahia não estão-se movimentando. Parece que eles não estão preocupados com o projeto que diz respeito às suas vidas. Esses funcionários estão de braços cruzados, olhos vendados, como se tudo estivesse às mil maravilhas.

Amanhã, teremos essa oportunidade, meu caro deputado Adolfo Menezes, de debater tanto a questão do Funprev como também esse empréstimo.

Li a ementa e a mesma diz o seguinte: o dinheiro é para isso e para aquilo. Vejam, não há uma aplicação específica. Você não sabe onde esse dinheiro será aplicado. E os deputados vão chancelar esse empréstimo amanhã.

Porém, isso não acontecerá com o voto da Oposição e não será com meu voto até porque eu quero ter minha consciência tranquila no dia em que deixar de ser deputado, pois terei a certeza de que passei nesta Casa e não corroborei com esse tipo de empréstimo que o governo toma, de forma sucessiva, sem que a sociedade baiana tome conhecimento da sua aplicação.

O governo apenas diz “será aplicado”. Acabou. Vamos embora. Vamos tocar o barco em frente.

Mas nós vamos nos posicionar ao explicitar por que somos contra esse empréstimo. Até porque nós temos autoridade, pois, em outros momentos, aprovamos empréstimos vultosos, quando foi explicitado o motivo pelo qual o governo estava tomando o dinheiro.

Então, nós não somos contra por ser, somente, contra. Nós somos contra porque o governo não diz, de forma concreta, onde ele será aplicado.

O Sr. Carlos Ubaldino:- Solicito uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o deputado Carlos Ubaldino.

O Sr. Carlos Ubaldino:- Sr. Presidente, companheiros deputados, é com muito pesar que eu quero deixar esta Casa ciente de que a nossa querida prefeita Ângela, da cidade de Camacã, deixou de estar entre nós na quarta-feira passada.

Conforme diz Apocalipse 13:14: “Bem-aventurados aqueles que, desde agora, dormem no Senhor para que descansem os seus trabalhos e as suas obras o sigam.”

A prefeita Ângela deixou marcos na cidade de Camacã e amigos em todo Estado da Bahia. E, nesta tarde, quero deixar, nos registros desta Casa, com muito pesar, o meu gesto de solidariedade ao povo de Camacã e ao novo prefeito Arildo que assume os destinos daquele município e para que Deus dê a verdadeira inspiração e a sabedoria para governar o município.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado.

O Sr. Carlos Ubaldino:- E, neste exato momento, Sr. Presidente, faço minhas as palavras do deputado Aderbal quando o companheiro Sarbélío da cidade de Olindina, também, deixou de estar entre nós. Ele era presidente do Partido dos Trabalhadores,

prestou um trabalho relevante na cidade de Olindina e deixou saudades naquela cidade.

Neste exato momento, após minhas palavras tão sucintas, Sr. Presidente, peço, mais uma vez, a V.Ex^a realizar uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão ordinária, zerar o painel e contar o tempo regimental de 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Visivelmente, não há quórum para continuidade da presente sessão ordinária, portanto, declaro-a encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php> Acesse e leia-as na íntegra.